

---

## Um Olhar sobre a Percepção dos Editores e a Constituição Histórica do Manual do Professor<sup>1</sup>

Paola de Oliveira NOGUEIRA<sup>2</sup>  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP

### RESUMO

O trabalho retoma brevemente o processo histórico de formalização do Manual do Professor como componente integrante dos livros didáticos e apresenta os resultados obtidos em pesquisa de campo quanto à importância que os editores de livros didáticos atribuem atualmente a este produto editorial, trazendo um olhar sobre o possível diálogo existente entre a percepção dos editores e a constituição histórica deste material.

**PALAVRAS-CHAVE:** livro didático, Manual do Professor, edição, editor.

O governo federal brasileiro, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), avalia, seleciona, compra e distribui livros didáticos para os alunos das escolas públicas cadastradas no programa. Os professores também recebem o livro didático escolhido, mas na versão denominada Manual do Professor. Ainda que cada Manual do Professor corresponda a uma obra didática específica, com características e propostas metodológicas particulares, é possível perceber que, se observados em conjunto, estes materiais apresentam uma estrutura bastante semelhante entre si, que é, em grande parte, determinada pelas exigências governamentais e composta pela apresentação dos pressupostos teórico-metodológicos e dos objetivos da obra, de orientações ao docente quanto ao uso do Livro do Aluno e aos processos avaliativos, de materiais complementares para a formação continuada do professor e de respostas e comentários para as atividades propostas.

No entanto, tanto a presença obrigatória do Manual do Professor nos livros didáticos quanto a estrutura encontrada hoje neste tipo de material não são fatores inerentes ao livro didático, mas foram construídos historicamente, a partir de contextos políticos, econômicos e educacionais específicos. Como veremos adiante, é a partir da década de 1960 que o Manual do Professor torna-se um requisito obrigatório para a avaliação da qualidade do livro didático e se estabelece como um importante instrumento de auxílio

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP, e-mail: paola.nogueira@alumni.usp.br

---

ao professor, que fornece a tradução das novas diretrizes curriculares estatais em conteúdos, objetivos e atividades de ensino já organizados e divididos por séries, além de materiais complementares para a sua formação.

Neste sentido, a concepção do Manual do Professor como instrumento de apoio ao docente para a operacionalização do currículo oficial em temas, conteúdos, objetivos e métodos de ensino específicos vai ao encontro da concepção de Gimeno (1998) sobre o papel que editores e livros didáticos desempenham no sistema curricular. Para o autor, os livros didáticos estão relacionados a um momento de objetivação do currículo denominado “currículo *apresentado* aos professores”. Segundo Gimeno (1998), o currículo prescrito pelas instâncias políticas e administrativas traz orientações bastante genéricas, que não bastam para estruturar a atividade pedagógica. Além disso, o nível de formação dos professores, as condições de trabalho e o caráter complexo da atividade pedagógica dificultam a tarefa docente de planejar sua prática a partir das disposições administrativas. Por isso, existem muitos meios, elaborados por diferentes instâncias, que traduzem o significado e os conteúdos das orientações oficiais em objetivos pedagógicos e atividades concretas de ensino, sendo o livro didático o mais importante deles.

Neste sentido, pode-se considerar que, se o livro didático funciona como o principal meio de apresentação do currículo prescrito aos professores, tanto em relação aos conteúdos quanto aos métodos do ensino, a análise do processo histórico de formalização do Manual do Professor revela, como veremos, que este é o espaço em que tal função é colocada de maneira mais explícita. Considerando, então, que as ações de cada uma das esferas do sistema curricular interferem diretamente na atividade educativa, é possível compreender a importância de eleger o Manual do Professor e a atuação dos editores que o produzem como objeto de estudo.

Assim, o presente trabalho pretende realizar uma breve retomada do processo histórico de formalização do Manual do Professor como componente integrante dos livros didáticos e apresentar os resultados obtidos por meio de uma pesquisa de campo a respeito da importância que os editores de livros didáticos atribuem atualmente a este material. Espera-se, com isso, que a reflexão aqui desenvolvida colabore para um maior conhecimento em relação aos atores e às práticas envolvidas na elaboração do Manual do Professor e contribua, desta maneira, para um melhor entendimento sobre o sistema curricular e a prática pedagógica vigente.

---

## **O processo histórico de formalização do Manual do Professor**

Para Bittencourt (1993), a origem do livro didático está vinculada ao nascimento dos sistemas educacionais controlados pelo Estado, pois os dirigentes dos Estados Modernos buscaram mecanismos para direcionar o saber a ser disseminado por estes novos sistemas e, baseados na concepção iluminista sobre o poder da palavra impressa, encontraram no livro didático um instrumento privilegiado de controle sobre o ensino e aprendizado dos diferentes níveis escolares. Neste sentido, a autora verifica que a produção de manuais didáticos já se apresentava como tema dos debates parlamentares que decidiram sobre a criação e a organização do novo sistema educacional brasileiro.

O sistema escolar público brasileiro foi criado por meio de um lento processo, que teve início a partir da década de 1820. Segundo Bittencourt (1993), apesar das diversas reformas realizadas ao longo do século XIX em relação ao número de anos do ensino primário, à organização de seus conteúdos e à idade apropriada para o ingresso neste nível escolar, os discursos das autoridades foram unânimes em afirmar que este grau de instrução seria destinado ao conjunto da população. Já o ensino secundário brasileiro foi criado para atender as classes dirigentes, tendo permanecido até 1945 como um curso pago e reservado aos jovens do sexo masculino com condições econômicas favoráveis.

Em relação ao magistério, havia também uma distinção entre os professores primários e secundários. De acordo com Bittencourt (1993), durante o processo de constituição do ensino primário, as autoridades políticas e educacionais insistiram na necessidade de criar cursos de formação para os professores, que foram considerados profissionais mal preparados desde o surgimento da escola pública, quando a atividade docente deixou de ser exclusividade do clero. No entanto, a autora ressalta que o abismo entre o discurso e a prática dos governantes sempre foi profundo, pois as escolas normais foram criadas esparsamente ao longo do século XIX, com funcionamento descontínuo e recursos orçamentários escassos. Ao contrário do que declaravam, as autoridades do período preferiram adotar políticas paliativas, como atesta a existência de diversos relatórios de inspetores e diretores de instrução que registraram o fornecimento de materiais didáticos como forma de compensar a formação precária dos professores das escolas primárias.

Já os professores secundários, de maneira geral, possuíam formação em cursos superiores, ainda que fossem autodidatas em relação à sua formação como profissionais da educação, e apresentavam uma hierarquia interna, sendo divididos entre lentes e inteiros. Além disso, o magistério no ensino secundário caracterizava-se pela polivalência,

---

sendo o livro didático a provável fonte de conhecimento destes docentes encarregados de várias disciplinas. Desta maneira, em meados do século XVIII, o livro escolar aparecia “como principal instrumento para a formação do professor, garantindo, ao mesmo tempo, a veiculação de conteúdo e método de acordo com as prescrições do poder estabelecido” (BITTENCOURT, 1993, p. 25).

Para a autora, portanto, o livro didático visava inicialmente aos professores e centrava-se na elaboração de textos didáticos para uso exclusivo destes. Foi somente ao longo do século XIX que este material passou a ser considerado como uma obra para consumo direto de crianças e adolescentes. No entanto, cientes de que o sucesso de suas obras não dependia somente da aprovação das autoridades, mas também da aceitação do corpo docente, os autores de livros didáticos criaram espaços de interlocução com os professores, nos quais apresentavam o método utilizado e suas concepções sobre educação. De acordo com Bittencourt (1993), os autores também aproveitavam estes espaços para solicitar o encaminhamento de sugestões para futuras correções das obras e para relatar as dificuldades enfrentadas em sua confecção. Para a autora, estes autores identificavam-se como intermediários entre o saber científico e o conhecimento “simplificado” que deveria ser transmitido à população. Em tais diálogos, ficava claro que falavam de um lugar superior à maioria do corpo docente e que não viam o professor como um colega de profissão, mas como alguém que deveria ser ensinado pelos livros que escreviam.

Ribeiro (2015) analisou diversas obras produzidas entre 1880 e 1930 que apresentavam algum diálogo com o mestre. Segundo o autor, a introdução de orientações ao trabalho do professor aparece, no período, como iniciativa individual de autores e editores, pois ainda não havia nenhuma determinação legal a este respeito. O contato se dava tanto em prefácios e apresentações, nos quais os autores explicitavam a metodologia de ensino e indicavam as melhores maneiras de usar a obra, quanto em notas, instruções, direções e advertências, que traziam informações complementares colocadas ao longo do Livro do Aluno ou com a criação do Livro do Mestre. Para o autor, a interlocução com os professores também variava de acordo com o nível de ensino e a representação social de seus docentes. Assim, os textos dirigidos aos professores eram mais constantes nas obras voltadas ao ensino elementar, sendo que as instruções direcionadas a estes mestres, em sua maioria leigos ou formados em cursos normais, traziam subsídios de caráter prescritivo. Já nos compêndios voltados ao ensino secundário, no qual os professores possuíam mais status e formação em nível superior, as interlocuções eram menos comuns e normativas.

---

Segundo Ribeiro (2015), a partir de 1930, com o início do Governo Provisório de Getúlio Vargas, o fortalecimento do poder central em detrimento do poder político e econômico dos estados também pode ser notado no campo educacional. Contudo, a postura centralizadora do governo federal parece ter sido sentida com menos força no ensino primário, que seguiu sob a responsabilidade política, administrativa e financeira dos estados. Citando o exemplo de São Paulo, o autor destaca que, em 1934, o estado aprovou o Programa Mínimo para o Curso Primário, determinando os conteúdos indispensáveis para cada série e, em 1949, homologou novas orientações curriculares, com programas analíticos que detalhavam as finalidades e as instruções metodológicas de cada disciplina.

Já o objetivo de reorganizar o ensino secundário esteve no centro das principais reformas educativas elaboradas pelo governo federal entre as décadas de 1930 e 1960. Após assumir a chefia do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos promulgou um conjunto de seis decretos que modificaram a estrutura da educação nacional, reorganizando os ensinos secundário, superior e comercial. De acordo com Schwartzman (1984), para garantir que as funções do ensino secundário fossem cumpridas em todas as escolas públicas e privadas do país, uma das saídas encontradas pelo Ministério da Educação foi a de definir detalhadamente o currículo deste nível de ensino.

Em 1942, o curso secundário foi novamente reorganizado pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada por Gustavo Capanema. O decreto afirmava que os programas de ensino deveriam indicar, para cada uma das disciplinas, o sumário da matéria e suas diretrizes essenciais, além de apresentar, em anexo, as instruções metodológicas, contendo os métodos e processos pedagógicos que os professores deveriam empregar.

Com o fim do Estado Novo, em 1951, o Estado publicou os Planos de Desenvolvimento dos Programas Mínimos do Ensino Secundário. Neste caso, uma única portaria expediu os programas de ensino e as orientações metodológicas de todas as disciplinas dos cursos ginásial e colegial, elaborados pela congregação do Colégio Pedro II.

Neste sentido, é possível observar que este período, que contou ainda com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, se caracterizou por um maior controle político sobre a educação, com os estados e o governo federal assumindo a tarefa de prover, respectivamente, os ensinos primário e secundário com programas curriculares e instruções metodológicas para os professores.

Em sua análise referente às obras didáticas elaboradas entre 1930 e 1960, Ribeiro (2015) verificou que os livros voltados ao ensino primário ainda procuravam estabelecer

um diálogo com os professores, mas com menos detalhes do que no período anterior, e não reproduziam as orientações dos programas oficiais dos estados, possivelmente como estratégia das editoras para não restringir sua comercialização. Já em relação aos compêndios direcionados ao ensino secundário, Ribeiro (2015) afirma ser recorrente a presença de notas que declaram que os livros foram elaborados de acordo com os programas oficiais, além de indicações sobre a correspondência entre os índices das obras e tais programas e, até mesmo, a impressão dos próprios programas de ensino do Estado.

Para o autor, é possível interpretar esta constante referência aos programas de ensino do Estado como consequência das exigências do governo federal que, em 1938, por meio da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabeleceu um novo mecanismo de avaliação e seleção dos livros didáticos. Segundo Filgueiras (2011), a análise dos livros escolares passou a ser feita por este órgão a partir de uma ficha de avaliação que analisava, entre outras coisas, o ajustamento da obra ao programa de ensino federal.

A partir de 1964, a recém instaurada ditadura militar ampliou a participação dos Estados Unidos nas questões educacionais brasileiras, por meio de acordos com a United States Agency for International Development (USAID). Segundo Filgueiras (2011), em 1966, o governo criou o Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), para financiar projetos de expansão do livro escolar e técnico, solicitando o aporte de 15 bilhões de cruzeiros da agência norte-americana.

Em 1968, a COLTED realizou a seleção de livros didáticos para alunos do ensino primário, instruindo os docentes a escolherem os livros com base em um questionário oficial que trazia, como um dos pontos de avaliação, a presença de orientações aos professores. Segundo Filgueiras (2011), as obras indicadas pelos docentes também passaram pela análise técnica do Grupo de Trabalho de Avaliação da COLTED, cuja ficha de avaliação compreendia, entre outros itens, a presença do Manual do Professor. Ribeiro (2015) aponta que a obra *O livro didático: sua utilização em classe*, editada pelo MEC para cursos de treinamento de professores, também afirmava em diversos pontos a importância da presença de um guia de orientação para os professores, definindo entre os requisitos para identificar um bom livro que este fosse acompanhado, sempre que necessário, de um manual de professores e sugerindo que os docentes lessem atentamente o Manual do Professor para enriquecer o seu trabalho e ampliar a sua formação profissional.

Assim, ao fim da década de 1960, observa-se o início do processo de estabelecimento das orientações aos professores nos livros didáticos sob a forma do Manual do

---

Professor. Neste sentido, sua presença torna-se um requisito fundamental para a avaliação da qualidade da obra e para sua consequente adoção pelo Estado, que passa a determinar, inclusive, o tipo de orientações que este material deve oferecer.

Segundo Filgueiras (2011), a COLTED foi extinta em 1971 e suas funções foram incorporadas ao Instituto Nacional do Livro (INL), que iniciou uma política de coedição entre estados e editoras de livros didáticos, por meio do Programa do Livro Didático (PLD). O documento intitulado *Normas para análise e seleção de livro-texto para o ensino de 1º grau* estabelecia um conjunto de normas para a avaliação do Manual do Professor, que deveria apresentar, entre outras coisas, a relação entre os objetivos do livro texto, os conteúdos e o método de ensino, os conceitos básicos a serem alcançados, sugestões de atividades, indicações de recursos complementares, bibliografia para o professor, instruções metodológicas e orientações para avaliação.

A ficha utilizada para avaliar a possibilidade de coedição conferia ao Manual do Professor o peso de 25% da nota total, distribuído entre Produção gráfica (3%), que analisava a correspondência com o Livro do Aluno, e Produção metodológica (22%), que julgava o plano geral da obra (3%), os objetivos de ensino (3%), as sugestões de atividades (9%), o conteúdo (4%) e os recursos auxiliares (3%). Para Ribeiro (2015), o aumento da pontuação atribuída ao Manual do Professor atesta a crescente importância conferida a este material pelo Estado. Em perspectiva semelhante, Filgueiras (2011) afirma que um dos principais fatores de reprovação das obras na avaliação do programa federal de coedições era a má qualidade ou a ausência do Manual do Professor.

Em 1976, as atribuições do INL foram transferidas para Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), que, em 1983, foi transformada em Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e incorporou o Programa do Livro Didático. Em 1985, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático sob a responsabilidade da FAE e, por fim, em 1996, com a extinção da FAE, o PNLD foi transferido para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Apesar das mudanças promovidas com a criação do PNLD, a presença do Manual do Professor e a análise de sua qualidade foram mantidas como requisitos obrigatórios na avaliação dos livros didáticos, sendo que a adequação do Livro do Aluno à linha pedagógica apresentada no Manual do Professor e a observação das finalidades específicas deste material aparecem, ainda hoje, como um dos principais critérios eliminatórios do programa. O edital publicado em 2016, por exemplo, determina que o Manual do Professor

---

deve oferecer orientações teórico-metodológicas, ideias de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento, discussões sobre as propostas de avaliação da aprendizagem, leituras e informações adicionais, bibliografia e também sugestões de leitura para a formação e a atualização dos professores.

Assim, para Ribeiro (2015), se até a primeira metade da década de 1960 as instruções aos professores resultavam de ações individuais de autores e editoras, a partir de meados de 1960, ao estabelecer progressivamente a presença obrigatória destas orientações e o peso atribuído a elas nas avaliações, o Estado contribuiu de maneira fundamental para o processo de formalização do Manual do Professor e a institucionalização deste material como componente integrante e indispensável dos livros didáticos.

Contudo, não foi apenas o Estado que desempenhou um papel essencial neste processo. Segundo Ribeiro (2015), a assinatura do convênio MEC/SNEL/USAID, em 1967, representou um grande investimento para a aquisição de livros didáticos e transformou o governo federal no maior cliente da indústria editorial. Além disso, a reforma educacional implementada em 1971 impulsionou uma enorme expansão no número de crianças na escola, o que aumentou o público consumidor de livros didáticos. Juntos, estes fatores estimularam um desenvolvimento significativo do mercado de livros escolares durante a toda a década de 1970. Neste contexto, as editoras identificaram a oportunidade de ocupar um novo segmento de mercado voltado aos docentes e, seguindo as exigências estatais, começaram a publicar sistematicamente o Manual do Professor em suas coleções.

Além disso, para Ribeiro (2015), a mudança na formação e no perfil dos professores, a partir de meados da década de 1960, também contribuiu para a formalização das instruções aos docentes nos livros didáticos sob a forma do Manual do Professor.

Segundo Sposito (2002), o período entre as décadas de 1950 e 1970 foi marcado pela luta popular pela expansão do ensino elementar, que ainda não era oferecido pelo poder público nos bairros periféricos, e pelo acesso ao curso secundário, historicamente voltado para formar as elites. Neste sentido, a promulgação da Lei 5.962/71 estabeleceu para todos os jovens de 7 a 14 anos o ensino gratuito e obrigatório de 1º grau, unificando o ensino primário e o ensino secundário, sendo que a extinção do exame de admissão ao ensino secundário desencadeou um processo de intensa transformação e expansão deste nível de ensino, que foi perdendo progressivamente o seu caráter elitista.

De acordo com Ribeiro (2015), a necessidade de ampliar o número de vagas oferecidas no ensino secundário representou também o alargamento do mercado de trabalho



no campo educacional. Apesar do crescente número de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras criadas no período para a formação de profissionais do ensino, o total de professores diplomados por estas instituições ainda era bastante restrito. Para tentar suprir a carência por docentes qualificados, o regime militar instituiu as Licenciaturas Curtas, que eram cursos superiores de curta duração, com apenas 1.200 horas de estudo. Segundo o autor, então, diante da nova demanda profissional colocada pela expansão da escolaridade obrigatória, o ensino secundário público brasileiro passou a assimilar professores com pouca ou mesmo nenhuma formação específica na área em que lecionavam.

Por fim, a nova legislação instituiu um currículo mínimo nacional, com base em um núcleo comum de matérias para o 1º e 2º graus, diferenciadas em atividades, áreas de estudo e disciplinas. Neste sentido, para Ribeiro (2015), a reforma de 1971 também deixou sob a responsabilidade dos já sobrecarregados docentes a tarefa de ajustar os novos direcionamentos curriculares para a sala de aula, isto é, de organizar os novos objetivos gerais em objetivos específicos e em metodologias para abordar cada conteúdo.

Neste contexto, “gestores da educação pública, intelectuais, autores e editores de livros didáticos vislumbraram a possibilidade de ofertar materiais e formações que auxiliassem o professor a enfrentar esta nova realidade” (RIBEIRO, 2015, p. 96), sendo a publicação sistemática do Manual do Professor uma das estratégias adotadas. Assim,

O processo de formalização do Manual do Professor como anexo ao livro didático do aluno se desenvolveu num quadro em que os desejos dos três atores envolvidos parecem convergir, porém, com objetivos diversos: para o Estado era uma forma de ajudar o processo de qualificação e aperfeiçoamento docente. Para as editoras representava um novo produto – voltado especificamente ao mestre, o cliente que tem o poder de escolher o livro didático usado pelo aluno – que poderia aumentar o faturamento, além de cumprir as exigências das compras governamentais. Já o professor, envolto num momento de mudanças no sistema escolar e no seu próprio perfil profissional, buscava referências para lidar com os problemas do ensino, para utilizar novos recursos didáticos e atualizar seus conhecimentos. (RIBEIRO, 2015, p. 120)

Por meio desta breve retomada histórica, portanto, é possível observar que o processo de formalização das instruções aos docentes sob a forma do Manual do Professor como elemento integrante dos livros didáticos acentuou-se a partir de meados da década de 1960, devido a profundas mudanças no contexto político, econômico e educacional brasileiro. Diante deste cenário de intensas transformações, o Manual do Professor se consolidou, então, como um instrumento de auxílio para a organização dos conteúdos e

objetivos do ensino, o planejamento das aulas e a formação continuada dos docentes, sendo esta a percepção que predomina até hoje acerca deste material entre os editores de livros didáticos que o produzem, como veremos a seguir.

### **Considerações dos editores sobre o Manual do Professor**

Como parte de um projeto de pesquisa que visava compreender o papel do editor no processo de edição do Manual do Professor, foi realizada uma pesquisa de campo com 30 editores de duas grandes editoras de livros didáticos. A pesquisa consistiu na aplicação de 28 questionários, respondidos por 18 editores da editora A e 10 editores da editora B, e na realização de duas entrevistas presenciais, com uma editora de cada casa editorial.

A última seção do questionário buscava compreender a opinião dos editores a respeito do Manual do Professor, pelo entendimento de que a percepção que estes profissionais possuem sobre este produto poderia interferir tanto nas funções que realizam em relação a este material, como na forma como desempenham tais tarefas. Para tanto, como item obrigatório, os editores expressaram a importância que atribuíam ao Manual do Professor em uma escala de 1 a 5, sendo 1 “Não é importante” e 5 “É muito importante”, e, em seguida, justificaram sua resposta:

**Quadro 1.** Considerações dos editores sobre a importância do Manual do Professor

<b>Nota</b>	<b>Justificativa</b>
3	Em razão do formato e, em muitos casos, do cronograma, o Manual do Professor costuma ser um material pouco aproveitado pelos professores e feito com mais pressa do que seria aconselhável. Ou seja, o formato não favorece o uso e os processos internos em geral não são propícios para um aprimoramento.
5	Por meio do Manual, o professor pode desenvolver o trabalho proposto de modo mais apropriado e alinhado às intenções do autor. Além disso, é uma forte ferramenta de apropriação de conceitos da área em que atua e de atualização pedagógica.
5	É o manual do professor que fundamenta a estruturação da obra, que transparece e justifica sua linha pedagógica.
4	Os professores, muitas vezes, em especial na Educação Infantil, não tem formação suficiente para contemplar todos os objetivos de aprendizagem destinados às crianças e precisam de orientação para poder planejar suas aulas e atividades. O manual do professor é um suporte e um complemento que possibilita ao professor atuar em sala de aula com mais planejamento.
5	No caso dos manuais destinados aos professores do segmento de Fundamental I, é importantíssimo porque eles não são especialistas na disciplina e precisam do manual para preparar as aulas, avaliações e para ajudar a esclarecer as dúvidas dos alunos.
5	É o manual do professor que fornece subsídios ao encaminhamento da aula. Acredito que a aula se torna mais proveitosa se o professor utiliza as sugestões que estão no manual.
5	A justificativa da organização e seleção das atividades, bem como as orientações, estratégias e sugestões de aplicação das mesmas, estão contidas no Manual do Professor. Por isso, para nós, editores, o Manual do Professor é muito rico e agrega grande valor à obra. Entretanto, em pesquisas e conversas com professores, percebemos que ele não é tão utilizado em sala de aula, do modo como foi idealizado.

3	Mostra a linha pedagógica da obra e apoia o trabalho do professor.
4	O Manual do Professor explicita os objetivos e o modo de concepção de uma obra didática, o que pode ajudar o professor a ter uma ideia mais clara de como melhor aproveitá-la. Mas não é regra que isso funcione: muitos professores não consultam o Manual do Professor, ou consultam, esporadicamente, apenas as orientações específicas, em busca de um "gabarito" ou de encaminhamentos para algumas atividades. O Manual do Professor também busca, muitas vezes, complementar a formação do professor, atendendo a exigências do MEC, mas na prática isso é pouco aproveitado pelos docentes.
5	Temos a preocupação de contribuir para a formação dos professores de Educação Infantil.
5	O MP auxilia na formação de professores, pois muitas vezes isso é falho.
5	O manual enriquece a obra e ajuda o professor a desempenhar bem sua função. Ele traz sugestões de atividades que vão deixar mais interessante o dia a dia na sala de aula.
5	A resposta acima considera os livros destinados à governo, pois pode reprovar a obra no PNLD. Para mercado o Manual não tem tanta importância.
5	Apesar de ser pouco usado pelos professores, o MP é muito importante no livro didático, pois é ele que dialoga com o professor, apresentando a proposta pedagógica da obra e sugestões de encaminhamentos das aulas.
4	O MP traz todo o embasamento da obra e uma série de ferramentas ao professor que contribuem para seu trabalho em sala de aula e até mesmo formação (em especial nos anos iniciais, em que temos professores polivalentes). Uma pena é a impressão que temos de os professores não usarem e talvez nem lerem o MP, daí eu não responder "5" à pergunta feita.
4	O MP é muito importante, até mesmo para o autor ter clareza sobre a obra que escreve. Porém, o tempo, o cronograma e o orçamento dedicados a isso são poucos e, tampouco, chegam reclamações de professores sobre a qualidade do material mesmo quando ele possui erros crassos, de modo que ele nunca é visto como determinante para adoções e para as vendas. Somente as exigências do PNLD elevam um pouco a qualidade dos manuais.
5	O Manual do Professor, especialmente para o Ensino Fundamental I, serve de apoio ao professor, que raramente é um especialista em Ciências. Sua função não é restringir o trabalho do professor, mas sim de ampliar com sugestões, leituras, links... É por meio do Manual que o professor compreenderá de forma plena a proposta do livro e se é adequado à linha pedagógica seguida por ele.
3	Creio ser muito importante, mas tenho consciência de que pouquíssimos professores o utilizam e, quando o fazem, é apenas para checar respostas e resoluções de exercícios.
4	O Manual do Professor é um apoio para organizar a didática do professor.
3	O Manual é um modelo de aula proposto pelo autor da obra que pode ser utilizado pelo professor.
3	Creio que a importância do Manual do Professor se dê somente para o fato de auxiliar o professor a ter conhecimento sobre os conteúdos e possibilidades contempladas na obra. No entanto, o que se observa é que os manuais acabam servindo de muletas ou ditam o que os professores devem fazer durante as aulas, restringindo as atribuições dos professores ao que é imposto pelo manual.
5	O Manual do Professor dá um suporte para que o conteúdo do livro didático seja abordado de uma forma completa, além de trazer sugestões para atividades complementares. É uma linha tênue que deve ser respeitada, orientar sem tirar a liberdade do professor em sala de aula, isso é mais complicado nos materiais sistematizados, onde o comercial cobra que a aula seja "mastigada" ao máximo para que o professor aplique e siga o roteiro dado.
5	O Manual é um instrumento para o professor, contém sugestões de abordagem para o conteúdo trabalhado no livro.
5	É o guia do professor em sala de aula em relação ao LA [Livro do Aluno].
4	O Manual do Professor é uma ferramenta fundamental para o cotidiano do professor. É pensado e editado com isso em mente. Mas não temos um retorno para saber qual é a real utilidade dele no dia-a-dia escolar e nem se os professores de fato o utilizam para outra função que não a de conferir as respostas das atividades.
5	Tem o objetivo de orientar e informar os professores.
2	Geralmente os professores não lêem os MPs.
5	Considero o Manual do Professor relevante para obra porque traz um embasamento teórico e, principalmente, porque orienta o professor para um melhor uso do livro. O Manual do Professor deveria ser mais levado a sério (infelizmente não é o que acontece).

---

Conforme levantado, 16 editores avaliaram o Manual do Professor como muito importante (5), seis consideraram (4) a relevância deste material e cinco atribuíram (3) à sua importância. Apenas um editor classificou este material como pouco importante (2) e nenhum editor avaliou que este material não é importante (1), o que indica que os editores apresentaram uma percepção positiva quanto à relevância do Manual do Professor.

A análise dos argumentos apresentados para justificar o valor escolhido aponta para a existência de algumas opiniões recorrentes a respeito do Manual do Professor. A compreensão de que este material é importante para fornecer um embasamento teórico e indicar ao professor a linha pedagógica da obra foi citada por seis editores, enquanto a relevância do Manual do Professor para a formação dos professores foi apontada por quatro editores. Além disso, 17 editores destacaram que o Manual do Professor é um importante instrumento de apoio ao trabalho docente, pois fornece subsídios para o planejamento das aulas, além de sugestões de materiais complementares, como atividades, leituras, links etc. Por fim, cinco editores afirmaram que este material é uma forte ferramenta para a apropriação dos conteúdos a serem ensinados, principalmente para os professores generalistas, que não possuem o domínio dos conceitos específicos de cada disciplina.

Neste sentido, é interessante notar a relação existente entre as justificativas apresentadas e algumas discussões desenvolvidas ao longo deste artigo. Em primeiro lugar, é possível sugerir que esta percepção recorrente quanto ao Manual do Professor como um instrumento de apoio aos docentes, que fornece orientações sobre quais conteúdos ensinar e sobre como trabalhar tais conteúdos, indica que estes profissionais reconhecem a função deste material de apresentar o currículo prescrito aos professores, traduzindo os conteúdos das orientações oficiais em objetivos pedagógicos e atividades concretas de ensino, conforme a interpretação de Gimeno (1998) apresentada no início deste trabalho.

Além disso, por meio da análise das justificativas dos editores, é possível observar, ainda hoje, a permanência de um discurso histórico sobre a má-formação dos professores e a consequente necessidade de oferecer instrumentos para complementar a sua formação pedagógica e auxiliá-los em seu cotidiano profissional, principalmente em relação aos professores do Ensino Fundamental I. Neste sentido, em seu relato, a editora A resalta a diferença existente entre a forma de abordar os conteúdos no Manual do Professor de acordo com o nível de ensino e a formação dos professores:

---

O professor de Fundamental I é um professor pedagogo, ele é um professor generalista, eu não posso exigir de um professor generalista que ele entenda, por exemplo, certos termos da Geografia. [...] Pra um professor de Fundamental II, você parte do pressuposto de que ele é formado em faculdade de Geografia [...], então você pode colocar alguns termos que são mais jargões da disciplina. Pro professor do Fundamental I, você tem que apresentar acompanhado de um exemplo, se não ele não vai entender. O professor de Ensino Médio, se for de uma escola particular, ele é um cara que tá ligado no vestibular. Pode colocar texto difícil e ele vai mandar super bem... (Editora A)

Outra opinião recorrente entre os editores sobre a importância do Manual do Professor, citada por sete profissionais, foi a percepção de que muito poucos professores leem ou utilizam este material. Em relação a este aspecto, é interessante notar que apenas um dos editores baseou o seu argumento em dados trazidos por pesquisas e conversas com os professores, enquanto outro editor declarou explicitamente não ter um retorno sobre como os professores de fato usam este material e a sua relevância no cotidiano escolar.

Sobre este aspecto, a editora B também relatou que dificilmente recebe algum retorno quanto à opinião dos professores sobre o Manual do Professor, pois são raras as pesquisas feitas pelas editoras que detalham se os professores de fato aproveitam este material, qual é o uso feito pelos docentes, qual é o perfil dos professores que o utilizam, quais são as demandas destes em relação ao Manual do Professor etc. Segundo o seu relato, os professores opinam muito sobre o Livro do Aluno – apresentando sugestões de temas, observando erros conceituais, propondo complementos para as respostas etc. –, mas os editores não recebem contribuições como estas sobre o Manual do Professor. Para ela, seria essencial que as editoras investissem neste tipo de retorno, pois uma maior compreensão sobre os usos e demandas dos professores contribuiria para aprimorar o trabalho que os editores realizam em relação a este material:

E: [...] Eu acho até meio triste, na verdade... porque é um material que dá bastante trabalho de fazer, você tem um cuidado né, de apresentar algumas ideias pro professor de metodologia, de didática... mas você não... no final das contas, você não sabe como é que esse material tá sendo usado, eu não faço ideia!

P: Até pra melhorar o que você está fazendo, né?

E: Exato! Principalmente pra isso, pra selecionar melhor os conteúdos, de repente eu coloco lá [...] um texto voltado mesmo pra formação do professor... até onde eu vou com esse texto? Eu paro esse texto nos temas que são referentes à disciplina ou eu vou mais fundo e coloco textos mais interessantes sobre metodologia, psicologia, enfim...? Se eu tivesse um retorno do professor, eu saberia até onde ir com esse material, né? Eu poderia ampliar pra caramba ele, inclusive, eu poderia deixar ele mágico! [risadas] Mas eu não sei, porque eu não sei qual que é a demanda desse cara, não tenho ideia de como ele usa esse material. (Editora B)

---

Também neste sentido, segundo a editora A, a realização de ações como visitas às escolas ou aplicação de questionários e entrevistas com professores para compreender a percepção destes profissionais sobre as obras adotadas varia em cada editora, sendo que nem sempre o Manual do Professor é avaliado nestas pesquisas, pois, apesar de ser valorizado pelo PNLD, não existem tantas exigências em torno deste material para as escolas particulares. A partir de conversas informais com professores próximos a ela, a editora A também relatou a impressão de que os professores não leem a parte geral do Manual do Professor e somente consultam este material em busca das respostas das atividades. Neste sentido, portanto, é possível observar que, em geral, a percepção dos editores de que os professores não leem ou utilizam o Manual do Professor não está fundamentada em um conhecimento produzido a partir de análises concretas, mas sim em um certo senso comum existente no meio editorial quanto aos usos que os professores fazem deste material.

Por fim, é interessante destacar que um editor atribuiu a nota máxima à importância do Manual do Professor, mas justificou que o valor considerava apenas os livros destinados ao PNLD, já que este material aparecia como um item eliminatório do programa. Diante de tal percepção e da compreensão de que o Manual do Professor começou a ganhar relevância no mercado editorial a partir do momento em que a sua presença passou a ser exigida pelos programas governamentais, as editoras foram questionadas sobre o papel exercido pelo PNLD na continuidade da produção deste material. Para a editora A, o Manual do Professor segue sendo produzido apenas porque a sua presença é cobrada pelo programa federal. No entanto, esta editora considera que o Manual do Professor poderia continuar a ser editado ainda que tal exigência fosse suprimida do PNLD, por uma questão de costume tanto das editoras quanto dos professores. Já a editora B discorda que o Manual do Professor continue a ser produzido somente por conta da obrigatoriedade do PNLD, pois imagina que, se este fosse o caso, este material já teria sido eliminado dos livros voltados ao mercado privado, para diminuir o custo de produção destas obras. Pelo contrário, diante do crescimento da adesão das escolas aos chamados sistemas de ensino, a editora B acredita que possa até mesmo existir um aprimoramento do Manual do Professor, a fim de aproximá-lo cada vez mais das ferramentas pedagógicas oferecidas pelos sistemas apostilados. Neste sentido, vale notar que, a partir de 2019, os editais do PNLD passaram a exigir, além do Manual do Professor impresso, a entrega de material digital para os docentes, composto por planos de desenvolvimento bimestral/trimestral, sequências didáticas, propostas de acompanhamento da aprendizagem e material audiovisual.

Desta maneira, a análise dos depoimentos coletados tanto nos questionários quanto nas entrevistas fornece indícios de que, de maneira geral, os editores acreditam na relevância do Manual do Professor e, ainda hoje, conferem a ele as funções atribuídas a este material em seu processo de formalização como parte integrante dos livros didáticos – como contribuir para a formação dos professores, apresentar o currículo prescrito aos docentes, ajudar o professor no planejamento das aulas e favorecer o domínio dos conteúdos a serem ensinados –, sendo que tal percepção influencia não apenas a forma como este produto é produzido e apresentado, como também as atividades que os editores desempenham ao longo do processo de edição deste material. Contudo, observa-se também a existência de uma certa desconfiança dos editores em relação à capacidade que o Manual do Professor apresenta de desempenhar as funções a ele atribuídas, devido à crença de que a maior parte dos professores não utiliza este material. Neste sentido, portanto, pode-se sugerir que a realização de estudos mais detalhados a respeito dos usos do Manual do Professor no cotidiano escolar poderia contribuir fundamentalmente não apenas para aperfeiçoar o trabalho realizado pelos editores em relação a este material, como também para melhorar a sua qualidade e o seu aproveitamento, contribuindo, desta forma, para aprimorar a prática pedagógica dos professores.

## REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- GIMENO SACRISTÁN, José. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- RIBEIRO, Fabio. *'Prezado professor': prefácios, notas, advertências e Manual do professor*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- SPOSITO, Marília Pontes. Demandas populares por escola na relação com o mundo do trabalho. In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, Diana. *À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.